



Uma Ponte para o Futuro e o Encontro com o Futuro: A Persistente Tensão entre a Normatividade e o Mundo Vivido Habermasiano

Antônio da Silva Menezes Junior ¹
Iria Brzezinski ²

RESUMO

Este artigo traz uma pesquisa qualitativa e teórica com base em análise documental. Adota posição filosófica e sociopolítica a partir do pensamento Habermasiano, com enfoque na Teoria do Agir Comunicativo, relacionando-a ao projeto publicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB 2015; PMDB 2016) intitulado “Uma Ponte para o Futuro” e à recente “Cartilha Encontro com o Futuro” (PMDB 2018), que em face de seus apontamentos são “hipermetropia[s] diante do presente, um ofuscamento completo do passado e uma visão dupla perante o futuro” (Menezes Junior & Brzezinski 2018). Demonstrar-se-á a apreensão existente entre os mundos vivido e de sistemas de Habermas com a normatização de ideais considerados ilegais e ilegítimos, que provocam o retrocesso do sistema de educação brasileiro e a quebra de suas conquistas. Concluir-se-á que as relações dialógicas manipuladoras são perigosas, demonstrando a precariedade das democracias, desigualdades sociais, corrupções e o impedimento do que deveria ser o Estado democrático de direito.

Palavras-Chave: Políticas de Educação; Uma Ponte para o Futuro; Teoria do Agir Comunicativo; Encontro com o Futuro.

¹ Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil. Docente na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil. a.menezes.junior@uol.com.br

² Doutorado em Administração Escolar pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Docente na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC GOIÁS, Brasil. iriaucg@yahoo.com.br

O fazer político das democracias no contexto atual é mediado por dimensões e elementos contraditórios que dificilmente se conciliam. A política democrática moderna tem por diretrizes: a autonomia privada dos cidadãos, a autonomia da cidadania democrática na forma “sociedade” que inclui a participação do cidadão de forma política, com igualdade e equidade, e a esfera pública política que deve exercer o contrapeso entre Estado e sociedade civil. Em Habermas, o tema “democracia” é, praticamente, onipresente em sua obra e ele entende que o processo de racionalização social, de forma funcional, separou a economia capitalista de mercado do poder político administrativo que o Estado detém. E busca explicitar como os cidadãos encontram voz e poder de influência nas decisões de âmbito político, fazendo uso do espaço público como mediador e como isso é de caráter das sociedades modernas em sua constante luta por direitos democráticos (Habermas 2009, p. 89).

Em seus estudos, evidencia-se a natureza normativa da democracia, ou seja, considerações sobre a esfera pública e o pensamento acerca do princípio da universalidade, serviço público autônomo, os processos democráticos dentro da chamada “vontade política” ou da teoria do direito; todo o diálogo sobre a racionalidade comunicativa assume um papel de grande importância em sua obra, sendo considerados, ainda, os princípios da ética do discurso e da democracia deliberativa, que são pontos adotados, na contemporaneidade, e que enquadra Habermas, até então, como um clássico político-filosófico-ético.

Na contramão dessa esfera pública autônoma de pragmática formal e uma racionalidade comunicativa, com um modelo neoliberal reconfigurado a partir de 1980, a proposta do PMDB (2015; 2016) “Uma Ponte Para O Futuro” assevera a diminuição do papel do Estado em favorecimento legitimado e legalizado à iniciativa privada, impactando de forma ostensiva e negativamente sobre a Educação e a Saúde. Reforçando esse documento, em maio de 2018 o governo lança a “Cartilha Encontro com o futuro”, almejando quantificar suas conquistas e criar uma “memória dos fatos”. De modo que este estudo procura revisitar o primeiro e vinculá-lo ao segundo, com base na permanência das tensões evidenciadas no artigo “Uma ponte para o futuro – tensão entre a normatividade e o mundo vivido habermasiano”.

Na história da educação brasileira, a interposição entre a educação pública e privada, como uma arena de intensas disputas, iniciou-se no período colonial, seguiu pelo império e república, encontrando seu ápice nos dias atuais. Para Draibe (1989), com relação ao público-privado, o setor privado se interpõe assumindo um papel muito circunscrito ao mercado unicamente voltado para o lucro. Percebendo as políticas educacionais nesse contexto, isto é, privatizantes, pode-se dizer que estas

sejam as que mantêm o financiamento público de consumo de seus serviços, por intermédio de contratação, indenização dos consumidores, reembolso ou da adoção de outras formas de pagamento (tickets, vales) direto dos provedores, a transferência da propriedade pública de instituições educacionais ou de infraestrutura em prol de propriedades privadas.

Com base nessa visão mercantilista, complexa e múltipla de novos acordos que oferecem bens e serviços na área educacional, conduzem os estudiosos das políticas sociais ao pensamento de que o setor privado e seus muitos movimentos de privatização, a partir do Governo Temer, e com uma amplitude cada vez mais significativa, seguem na vertente de percepção do implacável desmonte do setor público sob uma agenda neoliberal, com a privatização excessiva do público. Chomsky (1997) entende que para além do controle social, o neoliberalismo, considerando as privatizações, surtiram efeitos devastadores nos países periféricos. Ou seja, percebe-se que o controle de insumos (energia, indústrias químico-farmacêuticas, minérios, de comunicação e outras tantas) passa a ser designado às multinacionais por preços irrisórios, colocando tais países em uma situação de subvalia e dependência, onde, em algum momento terão que adquirir os produtos advindos de seus próprios países, mas com a administração de outrem. É retroceder aos tempos da colônia, quando, na falta de fábricas, as matérias primas eram vendidas por valores mínimos e, quando manufaturadas, voltavam aos seus países de origem por valores exorbitantes.

Ainda em conformidade as ponderações de Draibe (1989), que leva em consideração os diversos mecanismos que conduzem a diminuição da presença do Estado e que determinam os movimentos de redução de investimentos e gastos estatais, de supressão do papel do Estado no que diz respeito aos seus setores produtivos e distributivos, ou mesmo, de restrição dessas atividades estatais que regulam e gerem, vê-se que essa perspectiva considera o setor privado, num sentido mais geral; quer dizer, mais do que a representação de um setor privado lucrativo. Entendido como não-Estado, o setor privado passa a incluir atividades informais, associações voluntárias, corporações privadas não lucrativas e organizações não governamentais. Assim, conjuntamente, formam um setor privado não mercantil, ou seja, setores não lucrativos ou o chamado terceiro setor.

As privatizações do setor público não têm seu início com a gestão de Michel Temer e do programa do PMDB (2015), nessa gestão elas têm suas características refeitas, por meio do novo programa que cria uma (re)significância e dá seguimento ao pensamento do governo anterior, que nada mais é que um redesenhar da herança do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que trouxe essa configuração, imposta ao Estado brasileiro, que tem por objetivo promover mudanças quanto à natureza da dimensão pública do Estado.

Do mesmo modo, o aumento dos setores privatistas, com suas Estratégias de privatização da dinâmica escolar, também se concretizou na preparação do PNE – Plano Nacional de Educação, e na desconstrução da seriedade da Conferência Nacional de Educação mediante a valorização dos decisores privados, tais como institutos e fundações vinculadas a bancos e empresas que influenciam diretamente e "por cima" a política educacional enquanto espaço coletivo de definição da política educacional e nas dificuldades de atuação do FNE – Fórum Nacional de Educação.

Habermas (1997; 2003) em sua “racionalidade normativa” e procedimental do valor efetivo, já citada, entende que tais procedimentos de racionalidade econômica do setor privado em detrimento do setor público, substituíram os raciocínios de cunho republicanos de administração-gestão social por critérios puramente privatistas, obedecendo a regras políticas que ignoram o alcance dos direitos sociais, privilegia e mantém diálogo apenas com os setores empresariais.

Assim, este estudo objetiva demonstrar os impactos que surgem com a nova agenda de propostas que culminou na cartilha “Encontro com o Futuro” (PMDB 2018), considerando o passado onde houve a ampliação do financiamento por intermédio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), e que foram conquistas institucionais importantes nos últimos governos, bem como as conferências e fóruns da Educação, o Piso do Magistério, o PNE 2014-2024, os indicadores de qualidade na educação e todas as políticas educacionais que criaram cotas específicas para que alunos de ensino público pudessem obter equidade e acesso às universidades privadas e de Ensino Superior públicas, num evidente aumento dos investimentos federais nesse segmento (Melo 2012).

Tendo em vista os fatores acima elencados, este artigo busca conduzir um diálogo entre “Uma Ponte para o Futuro” e a tensão entre a normatividade e o mundo vivido de Jürgen Habermas, os fatores evidenciados nas políticas do atual governo, procurando esclarecer se a “ponte para o futuro” culminou realmente no “encontro com o futuro” apregoado pelo MDB.

Para alcançar o objetivo proposto optou-se por pesquisa bibliográfica qualitativa e dialética, que perpassa não apenas pelos textos base de investigação - Uma ponte para o futuro e Encontro com o Futuro -, como busca, também, o auxílio na visão de outros pesquisadores que, igualmente, tentam desvendar os caminhos feitos por esses relatos político-econômico-educacionais e de saúde brasileiro e a comunicação filosófica com Habermas. Para identificá-los, buscou-se conteúdo nas bases de dados da SciELO e Google Acadêmico, não excluindo livros e tampouco reportagens, uma vez que tais documentos facilitaram a construção do discurso contemporâneo que ambicionou-se perpetrar. Por

meio de uma posição filosófica e sociopolítica a partir de referenciais habermasianos, sobretudo a Teoria do Agir Comunicativo (1997/2012), encontramos apoio discursivo na dialética materialista de Marx (2011) e dos apontamentos do economista francês Thomas Piketty (2014).

RESULTADOS

A TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO E A COLONIZAÇÃO DO MUNDO DA VIDA - EMBATES AO GOVERNO TEMER EM 2016

O filósofo alemão Jürgen Habermas é um dos mais importantes humanistas e intelectuais da atualidade que embora tenha sua obra representando maior vigor no século XX, continua, por meio de suas contribuições a representar matéria prima essencial em diversas discussões do mundo contemporâneo.

Em entrevista à Freitag & Rouanet em 1995, Habermas, quando questionado acerca de uma possível revisão de seu trabalho, procura situar seus estudos como vinculados às décadas de 1960 e 70. Nesse ponto, o filósofo entende que tudo está em constante mutação e que, nesse período, seguia um “veio histórico-filosófico [...] da antiga teoria clássica e dava prioridade a tudo aquilo que, naquele momento, aludisse a grandes questões supra-individuais”. Para Habermas esse veio foi substituído pelo pensamento de que “tudo o que temos são contextos comunicativos de caráter intersubjetivo, além, é claro, de instituições que tenham esse caráter intersubjetivo”, de forma que considera, ainda, que o que houve foi uma ‘guinada pragmática’ e defende seu trabalho desde a “Teoria da Ação Comunicativa” por lhe parecer plausível.

Daquele momento para este, Habermas permanece em sua postura que defende a falta de uma teoria que verse sobre o capitalismo, que venha pensar de forma mais clara a política e suas potencialidades no que diz respeito ao refazimento do sistema econômico. Assim, o contexto atual brasileiro, nesse sentido, vem tentando dar respostas às recentes crises e a sua população cada vez mais cansada, desiludida por inúmeros problemas de ordem econômica, moral e política. Para Silva (2011)

os processos jurídico-democráticos alimentam a expectativa de transformar o poder comunicativo, gerado nas bases sociais do ‘mundo da vida’ em imperativos eficazes frente não apenas a seus cidadãos-destinatários, como também aos sistemas econômico e político. Assim, a práxis comunicativa – que, no âmbito de Teoria da Ação Comunicativa, apenas era considerada capaz de oferecer ‘resistência’ à expansão da lógica sistêmica em direção ao mundo da vida, delimitando sua área de atuação e preservando formas de interação comunicativamente reguladas – passa a ser considerada capaz de agir sobre o funcionamento dos sistemas instrumentais de ação por meio das instituições democráticas.

Resistir. É o que a sociedade brasileira tem tentado fazer nos últimos anos. Contudo, a complexa via que existe entre a ação comunicativa e o contexto político-social e econômico, demonstra

Antônio da Silva Menezes Junior; Iria Brzezinski

a dificuldade de comunicação entre Estado e População, tornando cada vez mais difícil o “agir comunicacional na afirmação do Estado democrático de Direito ou na constatação da ação teleológica manipuladora que subtrai parte dessa realidade e fragiliza toda e qualquer possibilidade de obter a integração social” de forma democrática primordialmente (Menezes Junior & Brzezinski 2018).

A compreensão sobre o “Mundo da vida” é de suma importância para a compreensão da realidade concreta proposta por Habermas (2012), pois ela se materializa na Teoria sobre o Agir Comunicativo. Esse conceito foi criado por Husserl - “Mundo da Vida” ou *Lebenswelt*. Coelho (2012) afirma que “parte de seu argumento sobre o afastamento das ciências modernas em relação ao horizonte de experiência e de sentido dos indivíduos comuns”, o termo “mundo da vida” foi mais tarde agregado ao projeto de “Ser e Tempo” de Heidegger, que também foi utilizado por Sartre, Gadamer, entre outros;

Esse entendimento não é simples e a interferência autoritária dentro das ações comunicativas no mundo da vida implicam em “patologias”, doenças modernas dentro desse mundo que o transforma em uma colônia (colonização do mundo da vida). Tal tendência moderna, para Habermas, corresponde a uma resposta à racionalização social, aos seus processos de diferenciação que excedem em muito as fronteiras sociais. O chamado “paradoxo da modernidade” é o resultado dessa racionalização do mundo da vida que passa a ser dominado pelo dinheiro e o poder.

Ainda segundo Habermas, o “mundo da vida”, com vistas para o político-social, é horizontalmente formado por suas instituições e o formato simbólico do que se imagina ser a sociedade, juntamente com suas atividades mais primárias, ou seja, partindo de sua base, a familiar, para sindicatos, associações diversas, cultos e partidos, que representam a aplicação do que conhecemos como educação, religião, artes, entre outras. Já, verticalmente, há a representatividade da personalidade (identidade), cultura (crenças) e sociedade (exercício do fazer/construir) (Coelho 2012). Assim, compreende-se que a soberania aliada intrinsecamente às liberdades subjetivas ao poder, politicamente organizado, concretiza por meio das técnicas, procedimentos e entendimentos comunicativos uma institucionalização outra, que nada tem em comum com o que é opinar por vontade própria dentro das esferas públicas, dos partidos ou fora deles (Habermas 1997, p. 173).

Nesse contexto, percebe-se que após desastrosos embates pelo poder, o governo Temer, representado pelas elites é espelho inegável dessa patologia. Assim, o mundo da vida está constantemente ameaçado pela autonomização dos sistemas, pois a lógica dessa autonomização interfere e, muitas vezes, destrói o alcance comunicativo e as estruturas do mundo da vida, uma vez que

Antônio da Silva Menezes Junior; Iria Brzezinski

se institucionaliza a autodeterminação social. Após o *impeachment* de Dilma Rousseff, o então novo presidente Temer que já fazia parte do governo como vice-presidente de Dilma não assume que fazia parte do governo que dizem ter “cometido erros”. Na Cartilha Encontro com o Futuro, o atual governo tenta esclarecer que:

Não podemos nunca nos esquecer de que o Governo que provocou a crise, com seus erros, foi durante quase todo o tempo aprovado pela maioria da população, e que o Governo que corrigiu aqueles erros, com resultados inequívocos, é reprovado pela maioria. (PMDB 2018, p.7)

Os infinitos jogos políticos deixam à margem uma população que elegeu seus representantes e que não consegue fazer-se ouvida e, o que se observa é que, a esfera pública política, no momento atual, segue absorvida por uma comunicação mediada por diversos interesses, sobretudo o interesse das classes mais abastadas e que por esse mesmo motivo não foi aprovado pela maioria do povo brasileiro. O que comprova que tal situação, cria inevitavelmente uma tensão entre a normatividade e o mundo vivido.

MUNDO DA VIDA X SISTEMAS

Habermas conseguiu trazer debates importantes para a contemporaneidade por meio da Teoria da Ação Comunicativa. Compreendeu como poucos que existe uma razão que coloniza o mundo da vida e que isso é um fenômeno muito esperado para as sociedades “modernas”. Quando trata de sistemas, Habermas entende que a sociedade não é um sistema auto regulável e que nela suas estruturas existem por meio de padrões que lhe dão equilíbrio; assim, as teorias da ação e a do sistema são diferentes, da mesma forma como são diferentes do controle da ação por meio da comunicação linguística e da ação colonizada pelo dinheiro e o poder.

Na visão de Habermas (2012, p.440), a “ação comunicativa” não se efetiva, perdendo a validade dentro das organizações, pois a racionalização da ação administrativo-econômica está pautada no poder e no dinheiro levando à coisificação da verticalidade social, ou seja, a sociedade perde poder, escraviza-se na base social onde as normas não são rígidas o suficiente para salvaguardar sua personalidade. Conseqüentemente, toda a estrutura se mantém erguida graças à institucionalização generalizada em um contexto opressor. Tal representação social do sistema aniquila a ética e a moral, a ação linguística e o direito, controlando o “mundo da vida”, e a economia é conduzida e “orientada pelo lucro, calcada na contabilidade racional”, que gera ações que podem modificar a integração social.

A “juridificação” (*Verrechtlichung*) é um fenômeno que age em diversas áreas que se adequam, dia após dia, às regras da economia e que vão da segurança nuclear à família. Percebe-se nos dias que

seguem que a juridicização tenha efeito ainda maior sobre a família e a escola, no que se refere à regulação por parte do Estado, que observa, intervém nas relações, tanto familiares (natalidade, leis sobre aborto, a forma e quando as crianças devem ingressar na vida escolar, ou seja, o cotidiano social e suas representações, etc.), quanto educacional (verbas, legislação, etc.). Quando assevera que, dentro do contexto escolar, com relação à perda de força da ação pedagógica, concluindo que são "um mosaico de atos administrativos impugnáveis" (Habermas 2012, p.525), entende-se que no âmbito escolar essa intervenção é ainda mais expressiva e nefasta. O filósofo alemão (Habermas 2007) entende que o Estado burguês de direito precisa regular-se para administrar, pois só assim consegue proteger e manter o controle da burguesia que representa; assim, dois são os setores mais afetados – família e escola - que enfrentam caminhos difíceis; dessa forma, entre a necessidade de respaldo legal para existir, tornam-se reféns da juridicização e da burocracia que as acompanha e a escola, que deveria ser um espaço consolidado em sua comunicabilidade, torna-se o aporte de dificuldades e um reles estabelecimento comercial do saber.

Ao considerar o determinante econômico como uma categoria importante da análise dessa pesquisa, a proposta de uma possível mudança paradigmática se mantém ainda centrada numa modernidade tardia, conforme os apontamentos econômicos que ditam as regras de uma nova ordem social globalizada, extremamente colonizadora do mundo vivido habermasiano, e que impactam sobremaneira na situação atual da política educacional brasileira. Um dos pontos importantes da Teoria do Agir Comunicativo é voltado para o estudo das práticas de censura, ou “tematização”. O mundo da vida, na concepção de Habermas, é, de maneira utópica, um lugar seguro para a busca de entendimento, onde esse mundo pode ser um horizonte de sentidos para o entendimento inter-compreensivo, bem como pode ser equacionado como um saber não problemático. Uma vez que esse lugar sofre a interferência do sistema parte do “acervo de saber” ele passa a ser “tematizado”, sendo cercadas de ações exteriores, interpretações e críticas, de onde surgem os jogos linguísticos e todas as óticas sociais são colocadas em contraposição, considerando que não há exclusividade de interpretação acerca desta ou daquela situação (Habermas 1997).

KARL MARX & PIKETTY - ENTENDIMENTO DA CONJUNTURA NACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Para Piketty (2014) não é possível negar que exista a divisão social, por esse motivo este autor busca conceituar não só o que seria “classe”, mas, também, muitos dos importantes temas coadjuvantes (renda, capital, desigualdades, etc.). Dentro de seus estudos ele procura divisar tais classes, seu antagonismo e o aceite do capitalismo por parte dessas classes. Embora pregue a “humanização do

capitalismo” ele crê que o mesmo se converta em barreira intransponível dentro do contexto histórico das relações sociais, e que mesmo em caos, continua comum a visão estatística a partir de rendimentos, que extingue o lugar de uns e de outros dentro dessas relações sociais que melhor se explicam tendo como base as relações de exploração do sistema capitalista.

Quando compara a desigualdade social do século XIX com o século XXI, Piketty (2014) é categórico ao afirmar que “é ilusório” imaginar que existam leis de economia de mercado ou em sua estrutura de crescimento moderno forças que conduzam naturalmente a sociedade a uma redução da desigualdade, ou “uma estabilização harmoniosa” em algum momento.

Ainda conforme o autor, na modernidade e antes de Marx e deste para muitas gerações que virão, outros conduziram e conduzirão estudos, pesquisas, análises e discursos através do tempo que busquem interpretar o poder do capitalismo. Em uma releitura de Marx no século XXI, afirma que as definições nesse domínio são significantes, e explicita que “toda a representação da desigualdade fundamentada num pequeno número de categorias está fadada a ser esquemática e imprecisa, já que a realidade social subjacente é sempre de uma distribuição contínua”. Ou seja, ainda que Piketty afirme que a desigualdade esteja em vertiginosa expansão, não há, contudo, pressa alguma em sanar essa realidade social.

Piketty (2014) não se coloca em favor do capital e pode-se observar que ao se embrenhar na obra de Marx o autor se convence de que Marx havia previsto esse fenômeno de concentração do capital, contudo o tal “crescimento econômico moderno e difusão do conhecimento” contornou um possível apocalipse marxista, “mas não modificaram as estruturas profundas do capital e da desigualdade – ou pelo menos não tanto quanto se imaginava nas décadas otimistas pós-Segunda Guerra Mundial”.

O referido autor incita um possível reajustamento do capital por meio da área fiscal, da educação e da análise, contudo, a realidade demonstra uma crise sistêmica que opera confrontos em um mundo de desigualdades e a conta acaba no bolso dos menos favorecidos do sistema.

A busca que Piketty (2014) empreendeu por resposta, enquanto o mundo mudava, relatou aumentos de salários em alguns países no final do século XIX e uma pequena melhora do poder aquisitivo dos mais pobres, contudo, a miséria não acabou e essa realidade se manteve até a Primeira Guerra Mundial. O retrato dessa época conta com a revolução comunista iniciada na Rússia, enquanto os países europeus mais avançados e ricos exploravam as “vias social-democratas”, que segundo o autor, foram “para a sorte de seus cidadãos”.

Antônio da Silva Menezes Junior; Iria Brzezinski

Piketty acredita que Marx não tenha debruçado “sobre a espinhosa questão de como uma sociedade em que o capital privado foi abolido reorganizaria os seus sistemas político e econômico”, pois considera que este seja um “problema bastante complexo, como mostram os dramáticos experimentos totalitários dos regimes que levaram a sério a expropriação”. Assim, o autor afirma que “Marx rejeitou as hipóteses de que o progresso tecnológico pudesse ser duradouro e de que a produtividade fosse capaz de crescer de modo contínuo”. Para Piketty (2014), no estudo de Marx lhe faltavam

[...] dados estatísticos para refinar suas previsões. Certamente Marx também sofreu as consequências de decidir expor suas conclusões em 1848, antes de realizar as pesquisas necessárias para justificá-las. Escreveu tomado por grande fervor político, o que muitas vezes o levou a se precipitar e a defender argumentos mal embasados, dos quais ficou refém. Por isso a necessidade de que a teoria econômica esteja enraizada nas mais completas fontes históricas; Marx cometeu o erro de não explorar todas as possibilidades de que dispunha.

O Brasil entra em sua análise em alguns pontos, onde o primeiro diz respeito à forma e aos moldes da desigualdade (entraram nesse contexto, tendo sido) herdadas pelos países americanos em virtude de suas diferentes colonizações. Piketty (2014) considera que foi:

o forte crescimento demográfico do Novo Mundo que fez com que o peso das heranças nos Estados Unidos fosse sempre inferior ao da Europa. Isso explica por que a estrutura da desigualdade americana é tão peculiar, além de elucidar os motivos para que a estratificação social nos Estados Unidos seja igualmente particular. . . . enquanto o caso francês é mais representativo e pertinente para se pensar sobre o futuro. Estou convencido de que a análise detalhada do caso da França e das diferentes trajetórias históricas observadas nos países desenvolvidos — na Europa, no Japão, na América do Norte e na Oceania — tem muito a nos dizer sobre a dinâmica global futura. **A observação vale também para os países hoje denominados emergentes, como a China, o Brasil ou a Índia, que, afinal, hão de sofrer tanto os efeitos da desaceleração do crescimento demográfico quanto da redução no ritmo da expansão econômica.** (grifo nosso)

Apesar dessa desaceleração, Piketty (2014) explica que “a maior parte dos países, ricos ou emergentes, desfruta hoje de situações mais equilibradas do que às vezes se imagina”. Cita a França, Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, China, Japão, Itália e Brasil, onde entende que a renda nacional não difere da produção interna, o que seria em torno de “1% ou 2% de distância”. Para o autor, desde 2008 (com a crise), o mundo começou a duvidar que os programas perpetrados pelas grandes organizações internacionais (OCDE, Banco Mundial e FMI) – instituições essas que lideram os avanços da ciência econômica. Descobriram, então, que estas não eram a única saída, mesmo que tenham sido escolhidas “por governos eleitos democraticamente e [estes deveriam refletir] as correntes de ideias dominantes em um determinado momento da história”, momentos esses, estigmatizados por uma fé ilimitada no capitalismo, na autorregulação de mercados e pela queda da União Soviética. Assim, o mundo emergente, de certa forma, apoderou-se desse momento e encabeçou “a partir da crise

financeira asiática de 1998, que convenceu uma boa parte do planeta, da Indonésia ao Brasil”, incluindo a Rússia, “que os programas de ajuste e outras terapias de choque ditadas pela comunidade internacional não eram sempre os mais pertinentes” e que já era hora de se emancipar. Essa crise os encorajou também a constituir reservas, às vezes excessivas — que com certeza não são a melhor regulação coletiva perante a instabilidade econômica mundial, mas que permitiram pelo menos aos países isolados, enfrentar os choques preservando suas soberanias.

O Brasil, como um desses países emergentes segue seu itinerário, embrenhando-se nas armadilhas do capitalismo selvagem que vem se instaurando, cada dia mais agressivo. O diálogo entre as classes é cada vez mais difícil e ainda existe uma mistura de ideologias, na qual muitas pessoas não se vêem verdadeiramente na classe à qual pertencem. Existem muitos discursos desconexos, culpabilizações e, definitivamente, somos uma nação fragmentada. Buscando evidenciar esse discurso no momento atual, procurar-se-á discutir o mundo colonizado, a classe média patrimonial e as repercussões dos documentos “Uma ponte para o futuro” e “Encontro com o futuro” dentro do campo educação no próximo tópico.

O MUNDO COLONIZADO, A CLASSE MÉDIA PATRIMONIAL E AS REPERCUSSÕES DE UMA EDUCAÇÃO CADA VEZ MAIS TEMER(ÁRIA)

As reflexões sobre o neoliberalismo, a nulidade do Estado e a violência da “redução” dos direitos sociais, em todos os sentidos e em seu “sentido mais amplo”, nos levam a crer que se trata, realmente, de formas de colonização do mundo (objetivo e subjetivo) de uma sociedade normatizada pelo mundo dos sistemas, que atinge toda sociedade civil. Existe nesse ponto uma total paridade com o processo de “modernização” do sistema financeiro brasileiro, contido em “Uma Ponte para o Futuro” onde o governo social provocou o "desacoplamento" entre sistema e mundo da vida. Ou seja, diferenciaram-se esses sistemas, coisa inédita nas sociedades tradicionais. Dessa forma, as organizações sistêmicas passaram a não utilizar os meios de comunicação linguísticos que produzem o entendimento.

Contracenando com essa realidade, está o que Piketty (2014) por meio do pensamento econômico clássico e neoclássico instituiu como sendo uma “classe média patrimonial” que estão situados entre as classes mais abastadas e as com menos poder aquisitivo (10% mais ricos, 40% detentores de alguma riqueza patrimonial e 50% mais pobre/operária), que compõem uma classe média profundamente capitalista. Conforme o autor (Piketty 2014) “o desenvolvimento de uma ‘classe média patrimonial’ constitui a principal transformação estrutural da distribuição da riqueza nos países desenvolvidos do século XX”, uma vez que, cem anos antes, a distribuição do capital era ainda mais desigual o que determinava um número maior de miseráveis.

Habermas entende que desenvolvemos conceitos básicos em direção a uma sociedade articulada, contudo o mundo da vida segue desconectado de pilares como a economia e a administração do Estado, dos quais depende, uma vez que as imposições dos sistemas exercem força sobre o mundo da vida.

Em meio a essas discussões, buscando uma análise voltada para a realidade no Brasil, está a “classe média patrimonial” brasileira que encabeçou a retirada do governo de Dilma Rousseff e “apoia” o Governo Temer e a “classe trabalhadora” que, diante dessa luta de forças está sendo arrastada pela correnteza. É nesse contexto que surge o termo educação Temer(ária) - (Betto 2017) - que nos conduziu a uma situação de emergências “teórico-práticas, epistemológicas e ideológicas” no que diz respeito à educação no atual governo. De início, podem-se perceber distorções e quedas nas políticas educacionais, instaladas pelo governo Temer na educação brasileira, a saber: reforma do Ensino Médio e suas consequências, mercantilização da educação, escola sem partido, a exclusão das discussões acerca de gênero da BNCC - Base Nacional Curricular Comum -, entre outras (cf. Silva et al. 2017).

Para Silva et al. (2017) a “Educação Temer(ária) possui [uma] série de equívocos que demandam esclarecimentos”, entre eles equacionam os seguintes questionamentos: “O que se pretende ao falar em educação escolar? Formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho? Conceber diplomas que enriqueçam currículos? Favorecer o acesso a melhores salários?”

Os autores acreditam que tais “questões [sejam] essenciais, sobretudo, considerando que grande parte delas, surge do ideário neoliberal e pós-moderno, cujas premissas se assentam, em pleno século XXI”, uma vez que existe “a fé no livre mercado ‘como capaz de distribuir riquezas e sanar desigualdades sociais’”. Entendem que essa forma de educação é “excludente e repressora” e que “deixa de cumprir o seu papel quando não forma consciência crítica e protagonismo social [...]”. Assim, Silva et al. (2017) reforçam esse pensamento em conformidade com o pensamento de Betto, explicitando que a liberdade do ser humano não deve ser “confinada” como se fosse uma escolha qualquer, como a que fazemos em um supermercado. Ela dever ser cercada de “fundamento, não a preferência do consumidor, e sim os direitos do cidadão e da ética em sua amplitude social”. Enfatizam, ainda, que para Frei Betto, “não se pode educar sem suscitar nos educandos o sentimento de indignação diante das injustiças e a esperança da possibilidade da construção de outra sociedade calcada em outros valores humanos e societários”.

Necessário se faz “pensar concretamente numa sociedade ‘para além do capital’” que conduza a sociedade para o fim da colonização do mundo da vida no que diz respeito ao meio político e, assim,

criar, seguindo o pensamento dos autores supracitados, uma nova proposta civilizatória. O objetivo, evidentemente, é o de superar o modelo de sociedade organizada de modo a atender às necessidades de acumulação, contudo orientar essa mesma sociedade para suprir às necessidades dos seus cidadãos; ou seja, pensar uma sociedade que supere a gestão privada dos bens públicos. Uma teoria que caminhe lado a lado com a prática, que respeite os direitos humanos, redistribua a riqueza com o objetivo de reduzir/sanar a pobreza e a crescente desigualdade social (Silva et al. 2017).

Longe de criar uma utopia (desnecessária), propõem-se ações que equacionem o problema da racionalidade que fadidamente nos leva à questão da normatividade, uma vez que é necessário que a racionalidade esteja imbuída de objetos, fundamentos e direcionamentos, mas ao mesmo tempo precisa trabalhar em função de tudo e de todos, ou em contrário pode agir contra os interesses da própria humanidade. A normatividade representada pelo documento “Uma ponte para o futuro” é uma grande ruptura com o mundo da vida. O mundo da vida é esmagado pela burocratização e pela monetarização, cada qual com seu peso de culpa, mas sempre visando o dinheiro e o poder.

Habermas (2003) entende que a vontade política deve ser influenciada pela solidariedade, e em sua troca comunicativa estabelecer laços com o Estado e a economia, o que oportunizaria uma “comunidade de comunicação ideal”, bem como vidas concretas mais dignas e pautadas pelo diálogo que vai além da normatividade, fazendo com que as normas trabalhem em função das pessoas e não o contrário.

O “ENCONTRO COM O FUTURO”

E não mais que de repente o futuro se transformou em uma nuvem de destroços caiu sobre a cabeça de cada brasileiro atento. Desenhou-se um panorama umbralino no qual existem riscos de toda ordem. As lutas pelo poder assumem posturas assustadoras e as pessoas se veem sem escolha no quadro político e, tantos são os escândalos que, não se sabe mais para onde olhar. Não bastasse, estamos às voltas com todo tipo de ameaças à soberania da nação e seus interesses vitais. O cenário é de embates cada vez mais insanos, em ano de eleições. Existe quem queira armar a população, a difusão descontrolada de notícias falsas, o empobrecimento do País, o desemprego e os desequilíbrios econômico-sociais dos países desenvolvidos. E mais, as problemáticas com relação ao meio ambiente, ao aquecimento global, às novas tecnologias, entre outros muitos, continuam a nos assolar. Mas existe um futuro! E o MDB, criou uma cartilha intitulada “Encontro com o futuro” visando criar uma “memória” dos dois últimos anos pós-*impeachment* de Dilma Rousseff.

Trata-se de um documento relativamente novo, datado de 22 de maio de 2018, que tem, também, o objetivo de elencar as propostas do partido para o futuro do País. Segundo o MDB nesse texto “‘Uma Ponte para o Futuro’, ofereceu à nação uma alternativa ao improviso, ao populismo e ao forte apego ideológico, que eram as marcas do Governo de então”. Tendo servido de “senha para a reorganização das forças políticas, com o objetivo de salvar o país da recessão, da inflação, do desemprego, do colapso dos serviços públicos e da insolvência do Estado” (PMDB 2018).

Utilizando-se de uma abordagem vitimista o MDB não menciona o fato de ter feito parte do governo anterior alegando que a realidade pós-*impeachment* encontrado foi a de “destroços” e, que mesmo diante dos esforços empreendidos, apenas a partir da próxima década é que o nível da renda do brasileiro chegará ao que era em 2011 (PMDB 2018).

Além de culpabilizar o governo de Dilma Rousseff, a referida cartilha traz a tona o desapontamento da equipe de governo com as “severas limitações institucionais, legais e políticas” e ao mesmo tempo diz contar com o mesmo Congresso no decorrer de 2018. O documento perpassa os diversos assuntos tratados em “Uma ponte para o futuro” e se repete em temas como dívida pública, inflação, setor externo da economia, crise fiscal. Contudo, sua maior ênfase é criticar o governo anterior, assegurando que os problemas advindos dos “erros de visão e diagnóstico” se refletiam “na vida das pessoas mais vulneráveis, dissolvendo o mito de que as políticas econômicas de então visavam priorizar as populações mais pobres e o papel social do Estado”.

Contudo, os “grandes feitos” do governo Temer não parecem ter ornado nenhuma melhora significativa para a classe trabalhadora, nem um sopro de alívio foi dado aos mais pobres. Nada que impactasse os juros do crediário, o preço da gasolina não encontrou um valor razoável para a população e os subsídios para os caminhoneiros (que estiveram em greve em 2018) termina no início de 2019 e os cartões de crédito agora podem cobrar juros no parcelamento das compras. Inclusive, o termo “trabalhadores” foi usado apenas três vezes no contexto geral da referida cartilha. A opção que o governo Temer fez foi por uma “economia de mercado, baseada na iniciativa privada, na liberdade contratual e no livre comércio com o exterior” e para isso, em uma das vezes em que cita os trabalhadores ele, ao mesmo tempo, abre concessão para que o empregador tenha “liberdade de contratar e de fazer acordos” alterando a legislação na qual o Estado mediava esses acordos por meio da Carteira de Trabalho. Segundo o pensamento do atual governo reformista, esse seria o caminho para vencer uma legislação antiga que “barra a passagem do tempo” e que supõe que “os empregadores são entes malignos e os trabalhadores são seres mentalmente insuficientes”.

Antônio da Silva Menezes Junior; Iria Brzezinski

A chamada “terceirização” foi muito questionada, mas já é uma realidade que mexe tanto na forma de contratação do trabalhador como em seu salário. Em um contexto geral, foi uma perda de direitos que não encontrou leis que pudessem barrar tal medida. Segundo o referido documento, a intenção do governo é o de promover igualdade ao “aumentar as vagas de emprego e a renda dos trabalhadores”, bem como promover “a igualdade de oportunidades” e “maior segurança econômica e social para todos”. Entretanto, não há a preocupação com seus salários. O empregador hoje pode contratar por meio de um mediador (terceirizado) e pagar por horas, o que pode ser inferior ao salário mínimo. O governo, com base em estudo efetuado pelo IPEA, mesmo entendendo que a média salarial tem a ver com os vários níveis de escolaridade do trabalhador brasileiro, se exime da observância sobre tais contratos e para muitos, institui a legalidade sobre uma espécie de nova escravidão. Longe de dizer que existam trabalhadores “mentalmente insuficientes”, existem pessoas em maior ou menor risco social, ou seja, vulneráveis a esse ou aquele contrato.

Já o termo “educação” é elencado 22 (vinte e duas) vezes, correspondendo em sua maioria à falta ou insuficiência dela, juntamente com tópicos como os de “saúde”, cujo vocábulo aparece 21 (vinte e uma) vezes, quase sempre lado a lado com a “educação”. Em nenhum momento a educação superior ou as IESs são citadas. Há um apego especialmente vinculados ao ensino fundamental e médio, de onde extrai-se que o “foco [é] na qualidade do aprendizado e na sala de aula e diversificação do ensino médio”. Os professores são citados apenas quatro vezes: com relação ao número de professores em sala de aula em cada região, um breve discurso sobre incentivos para sua qualificação e de seus salários, mas não esclarece de onde nem como esses incentivos virão.

O governo Temer conta com uma aprovação de apenas 5% da população conforme notícia vinculada no Jornal O Globo (em 05/04/2018). Grande parte do descontentamento popular está ligada aos diversos escândalos de corrupção, incluindo o próprio presidente. Oportunamente, a cartilha do MDB deixa clara sua oposição ao governo anterior do qual fez parte:

Em 2018 a população brasileira vai escolher um novo Governo. Esta escolha, democrática e soberana, será a oportunidade para que a nossa sociedade decida, com base nas experiências que viveu nos últimos tempos, se deseja a continuidade do processo de reformas que adotamos. Reformas que nos exigiram muitos sacrifícios políticos, mas que trouxeram benefícios evidentes. Ou se, ao contrário, deseja que elas sejam interrompidas ou revogadas. Ou, ainda, em uma visão diferente dos fatos, decida que os verdadeiros problemas brasileiros são de outra natureza, passando longe da reforma do Estado ou da promoção da economia privada. (PMDB 2018)

Para o futuro o documento prevê a reforma da previdência como forma de combater a volta da recessão, da inflação e do desemprego, que considera ter “acabado de nos livrar”. Assim, o documento coloca a conta ora no governo anterior, ora no próximo. Procura estabelecer que o palco de

suas atividades fosse de tempo reduzido demais para conceber “mudanças” mais significativas, contudo não se exime em traçar um suposto caminho para o governo que assumir em 2019. Ou seja, mais uma vez a normatividade se sobrepõe ao mundo vivido na sociedade brasileira, considerando que o governo busca intervir no social com viés direcionado para as classes que comandam o País, facilitando o seu acesso à mão de obra barata. Na ilusão de criar mais empregos, diminui direitos duramente conquistados, se exime de mediar a relação entre empresários e trabalhadores e não discute para o futuro a necessidade de se melhorar o acesso ao ensino superior, tendo oportunizado apenas uma reforma do ensino médio que foi extremamente criticada.

CONCLUSÃO

Importante se faz aqui não concluir, mas abrir novas discussões com vistas a descortinar qual futuro realmente interessa ao povo brasileiro. Existe um futuro onde essa população terá que lidar com os interesses voltados para a privatização, com seu depreender de estratégias para particularizar a dinâmica escolar, o impacto negativo sobre a efetivação do PNE e tornou nula a representatividade da Conferência Nacional de Educação no que diz respeito à política educacional e seus espaços coletivos por meio dessa nova agenda governamental que pouco prevê melhoras para a educação ou que ao menos desse a devida importância ao FNE e de todos os movimentos que priorizam a educação em detrimento de interesses capitalistas.

Novas e necessárias resistências precisam se levantar e retomar discussões importantes que visem melhorar a educação e a saúde em nosso País, considerando-as como prioridades. A primeira por ser responsável por criar uma sociedade mais justa e informada, a outra por dar condições tanto para a própria educação, bem como para o trabalho e o crescimento do País. Um governo que não trate essas duas vertentes como estratégias para conformar um País igualitário, simplesmente não está observando de perto os países desenvolvidos que entenderam essa importância e que hoje possuem populações extremamente bem sucedidas.

A questão da educação no Brasil é comumente “resolvida” como tragédia eminente e as resoluções caminham de mãos dadas com a necessidade que o mercado tem de mão de obra. Assim, os que se acreditam “reformistas empresariais” da educação mantêm o ensino tecnicista como prioridade e o ensino superior é relegado aos que conseguirem chegar até lá. Assim percebe-se que a educação brasileira não tem sido pensada por educadores, mas por arquitetos do meio empresarial que a tem usado a seu bel-prazer.

À sociedade brasileira resta buscar elementos que oportunizem maior comunicação com as esferas governamentais para sair do obscurantismo que cerca as tomadas de decisão. E mesmo as atitudes mais claras do atual governo, a partir do plano “Uma ponte para o futuro” deixam claro sua opção pela “classe média patronal”. Esse diálogo, como reforçou-se em todo este estudo, nunca é fácil e a normatividade vem vencendo o mundo vivido com grande margem. É urgente entender os limites da ação política, o poder do governo e suas prioridades, para que estas reflitam a necessidade da maioria da população e não o contrário. Não há como participar de um fazer político sendo receptores passivos. Necessário se faz extrair novos significados do mundo, mas essas oportunidades de cultura, lazer, de vivências em outras sociedades são facultadas a muitos. Assim, não existe experimentação de outras formas de viver, trabalhar e de linguagem e dessa forma, nos tornamos vítimas do capital, que nos impele ao trabalho pelo alimento de cada dia. Que faz um pai de família aceitar um trabalho que não paga as contas da casa por medo de não existir autor. Que interfere no crescimento pessoal ao determinar a classe em que essa pessoa vive e que sair dela é quase impossível ou possivelmente para baixo.

Só pela educação o ser humano se liberta de tais amarras e “Uma ponte para o futuro” e o “Encontro com o futuro” não a priorizam. Fica evidente que um texto reforça o outro em seu caráter de retrocesso e inviabilização da Educação, da Saúde e da Cultura. Ora quando faz defesas tão superficiais, ora quando apenas nada expõe. Entende-se, de tal modo, que esses planos de ação não foram preparados para garantir pequenas conquistas sociais e a defesa da cidadania, mas uma resposta ao “grande capital” (Piketty 2014). De modo que a educação brasileira foi reduzida ao *status* de uma mercadoria qualquer. Instala-se doravante uma tensão entre o mundo vivido e o mundo dos sistemas com a normatização (Habermas 2012), sem legitimidade e com legalidade, provocando um esgarçamento social e um retrocesso indiscutível para o sistema educacional.

Pode-se, portanto, concluir que ao trazer as relações dialógicas para o contexto atual, surgem as precárias democracias latino-americanas, que são colocadas em xeque devido às enormes desigualdades sociais e econômicas entre a população, ao alto nível de corrupção na classe política e empresarial e ao dismantelamento dos estados nacionais, entendidos como estados de bem-estar social que deram lugar ao império de vorazes poderes econômicos regulados unicamente por sua capacidade de lucro e acumulação. É seguro dizer que a sensação é de descrença, insegurança e total sentimento de perda, em relação às instituições, à política e ao levantar de voz da sociedade, pois paira sobre a nação um ceticismo gigantesco que não permite ver um caminho de volta para todos os estragos que se operam.

Antônio da Silva Menezes Junior; Iria Brzezinski

A crítica maior ao governo e à educação Temer(ária) versa sobre esses descasos bem como a normatividade legalizada que se instaurou de forma imposta por meio de uma divulgação em massa de uma crise muito maior do que a que realmente foi sentida e que “forçou” o governo a estabelecer metas que prejudicam em muito a educação. Esse arroxio nas contas públicas que propõe um “retorno a um orçamento verdadeiro” (?), e a quebra do “orçamento não impositivo”, impactam sobremaneira a Saúde e a Educação, priorizadas pela Constituição de 1988, mas que passaram a ter orçamentos restritos.

A verdade é que não sabemos que futuro esperar. O que é certo é que embates vigorosos estão às nossas portas. Mais uma vez o País está dividido, agora entre um candidato do Partido dos Trabalhadores Fernando Haddad e Jair Messias Bolsonaro, prestes a encararem o segundo turno das eleições. A população se vê em um desgaste e desesperanças tão grandes que parte do antigo eleitorado do Partido dos Trabalhadores simplesmente tem se mostrado a favor de abster-se da escolha. O plano de governo do PT (considerado populista) é um velho conhecido das classes menos favorecidas, enquanto que o do candidato do Partido Social Liberal mais se assemelha ao que vem fazendo o Governo Temer e seus apoiadores cujas preocupações são o poder, a manutenção das grandes fortunas, bancos e multinacionais, manter as regalias dos aposentados do poder (políticos e militares) e (re)conduzir as contas para a base da pirâmide.

Assim, ainda que a postura da população demonstre seu cansaço com relação ao quadro incontestável de corrupções, não existe ainda uma cultura que force o mundo da vida a se equiparar à normatividade. Nossa sociedade ainda não entende a força que possui e ainda não se questiona o suficiente acerca das tradições políticas que cercam os poucos séculos deste País, que visam à manutenção do poder a qualquer custo. Habermas em entrevista à Freitag & Rouanet (1995), cuja abordagem girava em torno da tradição iluminista na Alemanha, mas que se molda às nossas dúvidas atuais com relação às tradições políticas no Brasil, quando diz que “Nessas circunstâncias, devemos ter a possibilidade de recuar, [...] para sondar a situação, e também, em última análise, para decidir que tradições queremos continuar e quais as que não queremos”. Nesses moldes, qual o caminho menos nefasto para nós como nação?

REFERÊNCIAS

Betto F 2017. Educação Temer(ária). *Revista Caros Amigos* 19(239):30.

Chomsky N 1997. *Segredos, mentiras e democracia*. Ed.UNB, Brasília.

Coelho A 2012. *O Que É Mundo da Vida em Habermas?*. Filósofo Grego [serial na internet]. Out 2012 [acesso 25 abr 2015]. Disponível em: <http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com/2012/10/>.

Antônio da Silva Menezes Junior; Iria Brzezinski

Draibe S 1989. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In *Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. IPEA & IPLAN, Brasília.

Freitag B, Rouanet SP. *A história negativa*. Coluna Joyce Pascowitch – Jornal Folha de São Paulo [serial na internet]. Abr 1995 [acesso em 15 out 2018]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/30/mais!/7.html>.

Habermas J 1997. *Direito e democracia: entre facticidade e validade (tomo I)*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

Habermas J 2003. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

Habermas J 2007. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Editora Loyola, São Paulo.

Habermas J 2009. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. Tradução MC Mota. Ed. Loyola, São Paulo.

Habermas J 2012. *Teoria do agir comunicativo (tomo II): sobre a crítica da razão funcionalista*. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo.

Marx K 2011. *O Capital*. Abril Cultural, São Paulo.

Melo A 2012. Educação Brasileira e estratégias de sobrevivência do capitalismo. *Revista Germinal*, 4(1):20-30.

Menezes Junior SM, Brzezinski I 2018. Uma ponte para o futuro: a tensão entre a normatividade e o mundo vivido Habermasiano. v. 1 *Atas - Investigação Qualitativa em Educação. CIAIQ2018*. Jun 2018 [acesso em 15 out 2018]. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1674>.

Piketty T 2014. *O Capital no Século XXI*. Intrínseca, Rio de Janeiro.

PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) 2015. *Uma ponte para o Futuro*. Brasil.

PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) 2016. *A Travessia Social: uma ponte para o futuro*. Brasília.

PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro) 2018. *Cartilha Encontro com o Futuro*. Brasília.

Silva FG 2011. Entre potenciais e bloqueios comunicativos: Habermas e a crítica do Estado democrático de direito. *Caderno CRH*, 24(62):302-330.

Silva M, Dickmann I, Bernartt ML 2017. Editorial – Radiografia do golpe, neoliberalismo e destruição do Estado, “apagamento dos direitos sociais”, “Educação Temer(ária)” e Escola sem Partido. *Revista Pedagógica*, 19(40):7-21.

A Bridge to the Future and the Meeting with the Future: Permanence of the Tension Between Normativity and the Habermasian Living World

ABSTRACT

This article brings a qualitative and theoretical research based on documentary analysis. It adopts a philosophical and sociopolitical position based on Habermasian thinking, with a special focus on the Theory of Communicative Action, related to the project published by the Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB 2015; PMDB 2016) entitled "A Bridge to the Future" and the recent (PMDB 2018), which in the face of his notes are "hype[ropia] in the face of the present, a complete obscuring of the past and a double vision for the future" (Menezes Junior & Brzezinski 2018). It will be demonstrated the apprehension that arises between the worlds and systems Habermas lived with the normalization of ideals considered illegal and illegitimate, that provoke the regression of the Brazilian education system and the breakdown of its conquests. It will be concluded that manipulative dialogic relations are dangerous because they demonstrate the precariousness of democracies, social inequalities, corruption and the impediment of what should be the democratic rule of law.

Keywords: Education Policies; Bridge to the Future; Theory of Communicative Action; Meeting with the Future.

Submissão: 11/11/2018
Aceite: 11/12/2018